

Comentário a “Normalidade sistémica na contemporaneidade”, de João de Pina Cabral

Agradeço ao autor ter ressuscitado a memória de Eliza Kendall e do miúdo africano, que na sua leitura se tornam muito mais do que meros sub-produtos das mutações económicas para serem vistos como índices extremos da “crise”, embora fundamentalmente opostos nas suas reacções: Eliza desiste porque se vê excluída do sistema, o jovem náufrago, ou alguém por ele, confiava ainda numa alteração do seu estatuto no sistema.

Proponho, de seguida, uma selecção daquelas que me parecem ser as ideias centrais do texto de Pina Cabral, acompanhadas de um comentário crítico.

- 1) O autor pretende descrever o padrão “cesurista” da actual reflexão sobre a crise contemporânea, sublinhando dois pressupostos que são, de certo modo, contraditórios:
 - a. O pressuposto de que a crise supõe uma quebra no curso de uma normalidade cada vez mais normal, (chamemos-lhe a encarnação gradual da democracia liberal ou o “fim da história”) e que foi muito enfatizado pelo uso comum da expressão “nada voltará a ser como dantes”, tanto pelos media como pelos políticos responsáveis pela regulação financeira como pelos próprios plutocratas bancários; isto supõe que uma das crises é mais importante que as outras e que a sua eventual resolução se fará independentemente do cuidado devido, mas negligenciado, às restantes.
 - b. O pressuposto de que, finda a crise, voltaremos a essa normalidade em curso. E aqui parece haver um enviesamento estranho entre a praxis e o discurso dos actores desta crise: aqueles que insistem em que “nada será como dantes” comportam-se como se a crise fosse apenas uma interrupção na normalidade (vide o comentário do autor sobre a cupidez afrontosa dos CEO’s na distribuição dos bónus de gestão); aqueles que insistem na esperança do regresso à normalidade (desempregados estruturais, por exemplo) vivem um beco sem saída.

O autor sugere a necessidade de uma interrogação desta suposta “normalidade”, ou melhor, das várias “normalidades”, porque também aqui o objecto depende da construção do sujeito e há várias realidades possíveis. Deduzimos que a “normalidade” nunca existiu e que, na verdade, só podemos falar dela *a posteriori*, como um totem posto por uma nostalgia mais ou menos colectiva e que, por definição, carece de um objecto.

2) A palavra “crise” vem da antiga medicina e designa o momento em que há uma mudança decisiva e se acelera um desfecho, para o melhor ou para o pior. Para utilizar uma metáfora que lembra o contexto médico da origem etimológica da palavra “crise”, diremos que esta crise parece ter funcionado como um acidente isquémico transitório, algo parecido como uma quebra de tensão que, por momentos, impede a irrigação de partes do cérebro.

Não é, bem entendido, tão grave como um AVC, e o paciente sente alívio na palavra “transitório” (i.e., aguarda o “regresso à normalidade”), mas pode ser determinante na revelação de problemas neuronais ainda relativamente assintomáticos, que são subitamente catalisados pela falta de oxigenação. Em certo sentido, o diagnóstico desta crise pode assumir uma destas duas formas, a de uma isquemia ou a de um AVC.

3) Portanto, a palavra “crise” supõe sempre um antes e um depois, que houve uma normalidade que se quebrou e até que, terminada a “crise”, se voltará a essa “normalidade”, que é a *background assumption*. A crise é a exceção, a normalidade é a regra. Ao apontar os factores crisogénicos que podem estar a decompor o nosso *modus vivendi*, o autor indicia uma inversão desta qualificação porque, em rigor, a crise é a regra e a normalidade é uma desconhecida.

4) A naturalização do social arrastou consigo a palavra crise: mas na transposição metafórica, esqueceu-se que a sociedade não morre, como o organismo vivo no desfecho provável de muitas crises, mas transforma-se.

5) Por um lado, portanto, quando hoje se fala da “crise” há a questão de se saber o que passava por normal. Esta “normalidade, nomeadamente no jornalismo económico, nunca é tematizada e fica como um pressuposto por pensar.

6) Por outro lado, e aqui o autor passa a falar de “crises” no plural, há a questão de determinar qual das crises actuais é a mais relevante, ou, o que não é necessariamente o mesmo, a mais visível, uma vez que se desconfia do velho primado marxiano da infra-estrutura. Aqui, embora algo abruptamente, introduz-se uma ideia fascinante: o significado do termo “crise” varia com o observador que, em certo sentido, o define; é, portanto, uma questão de valor, mais do que de observação objectiva. O autor mede, então, a amplitude deste sujeito e da correspondente crise por ele sofrida. Mas partindo do princípio que é o observador que define a crise, a questão de saber qual é a crise mais relevante pode transformar-se na de saber qual o sujeito mais saliente.

7) Em consequência, definem-se dois sujeitos, identificados em função dos interesses envolvidos: um sujeito, digamos, epistémico, pan-mundial, aberto definitivamente à escala planetária pela última globalização; e um sujeito situado, ocidental moderno e urbano, mas economicamente subalterno e condicionado

8) Como principais consequências gêmeas desta crise, o autor elege o progressivo desvanecimento da “*pax americana*” e a sua substituição por um quadro geo-estratégico multipolar, no regresso a um padrão “nacionalista” baseado em actores como a União Europeia (embora seja discutível a sua integração no nível das “nacionalidades”), e os BRIC’s.

9) Dada a impossibilidade do regresso a um modelo pré-urbano e não consumista, o desemprego estrutural impõe-se como a segunda grande consequência, e particularmente, desumana, da crise, dado o desaparecimento da hipótese de formas de subsistência baseadas na exploração espontânea do habitat.

10) O autor identifica, finalmente, 3 eixos crisogénicos, que visam demonstrar que há algo de permanente (e terminal) nesta crise, ou melhor, que a crise é, essencialmente, uma espécie de tempestade perfeita:

a) a crise ambiental;

b) a crise de violência impulsionada (exclusivamente?) pelo narcotráfico, que, por sua vez, é catalisado pelas políticas proibicionistas, e que seguem mais um propósito de criminalização do que de proibição (com que objectivo, o autor não esclarece). Gerir e não proibir, será a solução apontada;

c) a crise resultante da desregulação económica e financeira, com a proposta de um antídoto à base de instituições globais de protecção aos interesses comuns.

Quanto à eleição destes factores, o factor ambiental é já bastante endémico para funcionar como ingrediente plausível desta tempestade perfeita. A não ser que consideremos a enorme subida dos preços do petróleo, que antecipou a crise financeira, como elemento deste factor. Contudo, esse encarecimento conjuntural lê-se mais como resultado de movimentações ao nível da geoestratégia mundial, com a guerra do Iraque à cabeça, do que como resultado directo da consciência do esgotamento dos recursos naturais. É uma consequência bélica mais do que um factor ambiental.

Compreende-se mal a relevância, para a descrição do acontecimento “crise” actual, do factor nº2. A violência, o narcotráfico, a venda de armas a ele associado, são factores igualmente endémicos e mesmo que assumamos a tal condição de um sujeito epistémico à escala do globo, falta explicar a relação entre esta questão e o espoletar da crise financeira. Nesse sentido ainda, seria eventualmente mais relevante nomear como elemento crisogénico a extraordinária transferência de recursos financeiros a que assistimos nas últimas décadas, e a consequente deslocação dos centros de decisão económica. A relação complexa, formada, a um tempo, de competição e de necessidade mútua, entre a China e os Estados Unidos, parece bem mais importante do que as questões, apesar de tudo não negligenciáveis, levantadas pelo empório da produção e comércio dos opiáceos dos campos do Afeganistão, das redes de circulação de droga na fronteira entre os EUA e a América Central, ou das lanchas hiper-velozes que atravessam o Mediterrâneo em tráfico de droga ou de mercadorias humanas.

11) Como proposta final, o autor advoga o regresso a um projecto ecumenista, pan-mundial, capaz de acompanhar com instituições políticas e regulamentações globais a globalização efectiva dos mercados, mas também das culturas e dos padrões de decência. O reconhecimento do nosso carácter coevo, apesar dos esforços segregacionistas de Bin Laden, Ratzinger, Dick Cheney ou o neo-liberalismo, é uma das lições possíveis a retirar da crise. Neste contexto, estranho que o autor não tenha nomeado explicitamente a Internet (e, em particular, o advento da Web 2.0), literalmente, como ecumene das ecumenes. O impacto das redes sociais cibernáuticas nas recentes revoltas de Teerão, nos levantamentos dos monges birmaneses ou dos Uigures de Xinjiang comporta algo de muito novo e de muito poderoso a nível geopolítico e cultural, e que aguarda tematização. É como se pudéssemos a todo o momento enviar um *post* para o blogue de Eliza Kendall ou receber um derradeiro *twit* do naufrago africano. E esta dimensão ecumenista, que permite a aparência de abater a distância

entre o pessoal e o global, e uma fusão dos horizontes entre os sujeitos anteriormente nomeados, pode ser tão poderosa e imprevisível como a crise que atravessamos.

Vítor Moura

(CEHUM – Universidade do Minho)

Novembro de 2009